



João Antônio Gouveia e Silva, Maria Luiza Moura Pires Gonçalves, Tayná Alves Leite, Vitória Marinho de Carvalho

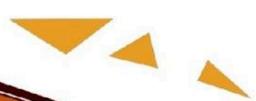
9º ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 5: Formação de Professores/as e Profsocio: Produção de Conhecimentos e Práticas de Ensino de Sociologia na Educação Básica

A Instabilidade da Formação e do Ensino de Sociologia no Brasil: O papel do Projeto de Extensão CiSo como Alternativa

São Paulo/SP

2025



A Instabilidade da Formação e do Ensino de Sociologia no Brasil: O Papel do Projeto de Extensão CiSo como Alternativa

João Antônio Gouveia e Silva ¹
Maria Luiza Moura Pires Gonçalves ²
Tayná Alves Leite ³
Vitória Marinho de Carvalho ⁴

RESUMO

O ensino de Sociologia no Brasil passou por um histórico de instabilidades legais e políticas. Com a Lei nº 11.684, a Sociologia tornou-se obrigatória no Ensino Médio apenas em 2008. Apesar dessa conquista, diversos desafios relacionados à formação docente surgiram: como a fragilidade dos currículos de licenciatura em Ciências Sociais, a separação entre teoria e prática pedagógica e uma estrutura que prioriza o bacharelado, relegando as disciplinas pedagógicas a outros departamentos e enfraquecendo a formação docente para a educação básica. Frente a isso, o projeto de extensão Ciências Sociais nas Escolas (CiSo) aparece na Universidade de Brasília (UnB) como uma resposta prática e crítica, oferecendo aos licenciandos experiências em sala de aula e espaços de debate sobre o ensino da disciplina. Utilizando metodologia baseada em revisão bibliográfica, estudo de caso e observação participante, o trabalho presente analisa a experiência do CiSo na UnB, destacando sua relevância na valorização da licenciatura, na aproximação entre universidade e escola e na formação inicial docente. Assim, o texto aponta as extensões como uma alternativa de valorização da qualidade da Sociologia, de forma ampla, no contexto educacional brasileiro e do fortalecimento da licenciatura no ambiente universitário, em especial.

Palavras-chave: Sociologia, Licenciatura, Extensão Universitária, Ensino de Sociologia, Educação.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da educação brasileira a disciplina de Sociologia viveu uma instabilidade política e legislativa. Entre figuras que lutaram pela introdução da disciplina nas escolas, como Rui Barbosa e Benjamin Constant, implementações e reforma, leis e portarias,

¹ Graduado em Ciências Sociais, bacharel e licenciatura pela Universidade de Brasília - DF, branco, homem cis, Taguatinga/Distrito Federal, 262.joao@gmail.com;

² Graduanda em Ciências Sociais, licenciatura pela Universidade de Brasília - DF, negra, mulher cis, Ceilândia/Distrito Federal, malupimoura@gmail.com

³ Graduanda em Ciência Sociais, licenciatura pela Universidade de Brasília - DF, branca, mulher cis, Taguatinga/Distrito Federal, alvestayna197@gmail.com;

⁴ Graduanda em Ciências Sociais, licenciatura pela Universidade de Brasília - DF, branca, mulher cis, Ceilândia/Distrito Federal, vitoriamarinhodecarvalho@gmail.com;

ditaduras e reaberturas políticas, a obrigatoriedade do ensino de sociologia se estabeleceu de forma não linear. Segundo Cigales (2013) foi justamente essa não linearidade que compromete até hoje o engajamento das Ciências Sociais de forma geral perante o ensino de sociologia.

Assim, após mais de 100 anos de implementações e retiradas, a Lei nº 11.684 de 2008 estabeleceu oficialmente a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no currículo do Ensino Médio. Contudo, se por um lado a implementação da obrigatoriedade representou uma conquista significativa para as Ciências Sociais, por outro lado, ela escancarou diversos problemas nas estruturas dos cursos e nos currículos de graduação. Sendo alguns deles, o processo de formação dos professores de Sociologia da educação básica, as metodologias de ensino e a construção dos livros didáticos. A partir dessas problemáticas relacionadas à instabilidade e fragilidade curricular da Sociologia na Educação Básica e seus reflexos na estruturação das graduações em licenciatura de Ciências sociais, surgem questões como: quem forma esses professores e como os formam?

Frente a isso, é necessário repensar quais as necessidades que uma formação para docência em Sociologia apresenta e quais são as necessidades que um licenciando em Sociologia tem em suas demandas para uma formação satisfatória? (COSTA, 2015, p.191)

Ainda que no corpo da Lei esteja determinado que certas disciplinas são obrigatórias para a formação em licenciatura, não há nenhuma diretriz que determine que essas disciplinas de educação sejam oferecidas pelo departamento do qual a licenciatura faz parte. Sendo assim, da mesma forma como acontece na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e em tantas outras, o Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) oferece de forma obrigatória somente três disciplinas dos estágios docentes. Fora isso, as demais disciplinas destinadas à formação docente ficam a encargo de outros departamentos, como o da Faculdade de Educação e do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (CIGALES, 2013, p.18).

Grande parte desse posicionamento das Ciências Sociais perante a licenciatura expressa uma escolha de deixar as disciplinas e os debates sobre educação enquanto *práxis*, concentrados nas Faculdades de Educação, resultando assim num ensino de Sociologia pouco posicionado nas metodologias e didáticas de ensino. Como consequência, há pouca adequação do conhecimento teórico adquirido nas disciplinas de Sociologia voltadas ao bacharel com os conteúdos apreendidos nas disciplinas e realidades da educação básica. (COSTA, 2015, p.195).

Assim, mesmo que o currículo seja semelhante, bem como o corpo docente, a formação entre bacharelado e licenciatura é diferenciada. Tendo em vista essa diferença relacional, o corpo acadêmico de Ciências Sociais recorrentemente não enxerga o ensino de Sociologia como uma pauta epistemológica e até mesmo de pesquisa (no que se refere à formulação teórica sobre metodologias, à *práxis* docente e à formação inicial e continuada do profissional licenciado). Afinal, a formação dos professores de Sociologia da educação básica é responsabilidade não apenas dos docentes dos departamentos e outras divisões institucionais vinculados à pedagogia e psicologia, mas também dos professores(as) de Sociologia no interior de seus próprios Departamentos.

As estruturas curriculares dos cursos de formação de licenciatura em Sociologia mostram uma tendência à formação em bacharel. Apresentando um posicionamento tanto dos departamentos, faculdades e institutos quanto dos corpos docentes de que há, de fato, uma hierarquização do bacharel perante a licenciatura. Havendo, assim, uma separação entre “professor de Sociologia” e “sociólogo”, subentendo que os professores da educação básica não são sociólogos por formação, daí emergindo, mais uma vez, a desvalorização para com a educação básica: professores de ensino médio estão em uma escala hierárquica abaixo dos “cientistas sociais”. (COSTA, 2015, p.192-193).

Em entrevista para Lejeune Mato Grosso de Carvalho, o professor, sociólogo e filósofo Amaury Cesar Moraes (apud CARVALHO, 2011, p. 11) afirma que “os cursos de licenciatura não são verdadeiros cursos de formação de professores, mas um arremedo: predomina o bacharelado, ao qual a licenciatura aparece somente como um anexo, no fundo do quintal”.

Assim, percebe-se que a educação sofre com a desvalorização da formação em docência. O reflexo dessa tendência se inicia na própria formação dos corpos docentes das universidades, haja vista não haver a necessidade de título de licenciado para que um docente universitário para lecionar, apenas o título de mestre e/ou doutor. (MORAES, 2003, p.7).

A partir dessas reflexões, este trabalho, utilizando-se da revisão bibliográfica sobre a formação docente em Ciências Sociais e coligando ela com as experiências observadas e vivenciadas pelas autoras, procurará tencionar a discussão sobre as fragilidades da formação inicial nas licenciaturas em Ciências Sociais na UnB (também reflexos e reflexões das deficiências enfrentadas nesta seara em âmbito nacional).

Ao desnudar essas fragilidades, analisamos como projetos de extensão, como aqui é dado o enfoque ao Ciências Sociais nas Escolas (CiSo), ocupam importantes espaços de formação nas rachaduras deixadas por esse modelo de licenciatura. Entretanto, sem esquecer,

que: mesmo ao ressaltar a vitalidade de projetos que preencham essas lacunas, a superação desse quadro passa por reformas mais profundas em relação à estrutura curricular e organização institucional específica dos departamentos e institutos de Ciências Sociais ensino superior afora.

METODOLOGIA

Nas discussões deste trabalho, utilizamos principalmente a revisão bibliográfica sobre o assunto. Simultaneamente, este referencial teórico nos serviu de baliza para a organização das experiências acumuladas enquanto estudantes e profissionais da licenciatura.

Nesse contexto, utilizamos também o estudo de caso a partir da observação participante das autoras enquanto estudantes e docentes em exercício como técnicas auxiliares à nossa análise. E procuramos balizar nosso marco a partir da observação participante, ancoradas em algumas reflexões que a autoetnografia nos permite aplicar, uma vez que nos propomos a realizar uma observação enquanto participantes de nossos próprios processos de formação em licenciatura.

Enquanto estudo de caso, procuramos expor como as particularidades das insuficiências do currículo de licenciatura em Ciências Sociais da UnB são uma expressão de aspectos do contexto sócio-educacional mais amplos e que permitem alcançar compreensões de fenômenos gerais (FONSECA, 1999, p.3).

Por outro lado, a observação participante realizada pelas autoras, instiga inspiração na autoetnografia pois, além de observar participativamente o objeto de estudo em foco, torna-se possível analisar também o próprio posicionamento das autoras para este estudo. Uma vez que as autoras se encontram “[incluídas] no universo da pesquisa por possuir características que podem [as] alocar na categoria da qual [se busca] compreensão” (ABONIZIO, 2016, p.116). Conseqüentemente, soma-se à observação das dinâmicas sócio-educacionais em sala de aula (da universidade e da escola), as considerações e a autorreflexão das próprias autoras enquanto agentes do próprio objeto de estudo em si.

Dessa forma, discutiremos os aspectos históricos da frágil institucionalização e legalização do ensino de Sociologia na Educação Básica, seguidas das conseqüências e problemas enfrentados a partir de sua implementação. Ademais, iremos apresentar o projeto CiSo como projeto de extensão e sua respectiva relevância para o enrobustecimento da licenciatura em Ciências Sociais na Instituição materna das autoras. Por fim, a exposição dessa experiência será considerada para a reflexão acerca do papel da extensão para a

formação docente em sociologia, e seu fortalecimento para a manutenção da disciplina na educação básica.

SOCIOLOGIA ESCOLAR: MARCOS E INSTABILIDADES

O ensino de Sociologia no Brasil, especialmente no contexto da educação básica, atravessa uma trajetória marcada por desafios, retrocessos, reconfigurações políticas e tem gerado intensos debates nos últimos anos. Devido à falta de uma tradição da disciplina no currículo escolar, pelas idas e vindas na educação brasileira, essas discussões, ainda são iniciais, restritas a uma pequena comunidade de pesquisadores. A Lei n.º 11.684/2008, que reintroduziu a Sociologia no Ensino Médio, contribuiu para consolidar um cenário que já se delineava desde os anos 1990, com o crescimento das pesquisas sobre o ensino de Sociologia e a expansão dos cursos de Licenciatura em Ciências Sociais. Isso se reflete no aumento das produções acadêmicas em nível de pós-graduação sobre o tema (SILVA, 2010; HANDFAS, 2011; CAREGNATO; CORDEIRO, 2014) e na ampliação das temáticas abordadas (OLIVEIRA, 2014).

Entretanto, a presença instável da Sociologia no currículo escolar ao longo do século XX resultou em processos como o distanciamento entre o bacharelado e a licenciatura, além da separação da academia em relação aos professores da educação básica (MORAES, 2003). Assim, a Sociologia, junto com a Filosofia, foi uma das últimas disciplinas a ser inserida ao currículo da educação básica no Brasil. A ausência de sua obrigatoriedade nesse período gerou desafios objetivos e, mais profundamente, efeitos subjetivos relacionados à identidade do curso de Ciências Sociais. Em alguns contextos, isso levantou dúvidas sobre quem deve ser responsável pelo ensino de Sociologia.

Ao mesmo tempo, e ao observar, por exemplo, o recorte histórico a partir dos anos 2000, evidencia-se que Sociologia escolar é resultado de movimentos de lutas e conquistas para sua implementação. Esses movimentos devem ser vistos como construções sociais resultantes de um tempo em que, apesar de usufruir da legalidade nos currículos a partir de 2008, ainda assim, a disciplina se apresenta na institucionalidade escolar com incertezas. E esse cenário provoca reflexões importantes sobre como a presença ou ausência da Sociologia no Ensino Médio ajudam a questionar de que modo a disciplina pode fortalecer ou enfraquecer a educação contemporânea brasileira e como sua identidade é construída em um contexto de constantes oscilações no currículo educacional.

Portanto, para melhor compreender os fenômenos acima assinalados que perpassam esse processo de implementação da Sociologia no Ensino Básico e seus reflexos, é válido regredir a uma breve explanação de seu histórico a fim de retomar e avançar nossos pontos de discussão.

A trajetória da Sociologia no Brasil tem origem em 1882, quando Rui Barbosa sugeriu sua inserção na reforma educacional. Sua institucionalização, no entanto, só ocorreu no século XX, com o ensino das Ciências Sociais, que abrangiam áreas como Antropologia, Ciência Política, Economia, Direito, História, Geografia, Psicologia e Estatística (SILVA, 2010). Esse ensino, inicialmente não restrito a uma disciplina específica, foi fortemente influenciado pelo Positivismo e o Direito, impactando a produção dos primeiros manuais sobre Sociologia no Brasil (CÂNDIDO, 2006; MEUCCI, 2011). A institucionalização da Sociologia no Brasil se consolidou a partir dos anos 1920, especialmente com a reforma educacional de João Luiz Alves e Rocha Vaz, que a incluiu nas Escolas Normais e Secundárias. No mesmo passo, a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), nos anos 1930, visava formar quadros técnicos para atuar nas novas instituições públicas de planejamento econômico e desenvolvimento social (SIMÕES, 2009). No entanto, entre 1942 e 1981, com as reformas educacionais e o regime militar, a Sociologia foi retirada das escolas, tornando-se facultativa ou ausente.

Durante a Ditadura Militar de 1964, a Sociologia se afastou da educação básica ao ser substituída por disciplinas como Organização Social e Política do Brasil (OSP) e Educação Moral e Cívica, como parte de uma imposição ideológica que restringia o pensamento crítico nas escolas (SILVA, BRANCO, PERA, 2010). A reintrodução gradual começou em 1982, culminando com a Lei nº 11.684/2008, que tornou a Sociologia obrigatória no Ensino Médio, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) (BRASIL, 2006).

A implementação da Sociologia variou entre os estados, com o Distrito Federal (DF) tornando a disciplina obrigatória já em 1985. E, em 2003, professores de Sociologia e Filosofia das escolas públicas no DF buscaram aumentar a visibilidade dessas disciplinas em exames seletivos, como o Programa de Avaliação Seriada (PAS) e o vestibular da Universidade de Brasília (UnB) (SANTOS, 2004).

Com a redemocratização e o fim da ditadura, as expectativas eram de uma mudança significativa no cenário educacional, mas o currículo seguiu por um caminho de flexibilização, dificultando a reintrodução da Sociologia. A partir dos anos 1990, alguns estados e municípios buscaram recuperar a disciplina, com o parecer CNE nº 38/06 e a Lei nº

11.684/2008 consolidando a reintrodução da Sociologia como obrigatória no Ensino Médio, resultando em um novo impulso para a reflexão sociológica no Brasil (SILVA, 2008). A criação de novas licenciaturas e a distribuição de livros didáticos pela FNDE em 2012 também fortaleceram a institucionalização da disciplina. No entanto, a recente reforma no Ensino Médio implementada em 2017 (que teve como principal consequência a diminuição da carga horária de oferta da disciplina no ensino público), o contexto político de avanço da extrema-direita e o ataque às políticas de inclusão e diversidade trouxeram novos desafios para o ensino de Sociologia, especialmente no que tange a temas relacionados à raça, gênero e direitos das minorias (SANTOS; TANSCHKEIT, 2019).

No interior desse relato, o retorno da Sociologia ao currículo escolar não deve ser visto apenas como uma conquista, mas como um processo de reconciliação entre a academia e a prática educacional. Isso requer uma maior articulação entre as universidades e as escolas, superando o histórico distanciamento entre os cursos de formação em Ciências Sociais e o ensino básico, marcado pela ênfase na formação técnica e pela desconexão com a prática pedagógica. Assim, o ensino de Sociologia no Brasil se configura como uma arena de disputas políticas e sociais, refletindo as tensões sobre o papel da educação e a reflexão sociológica na formação de cidadãos críticos.

Fundamentado nessa progressão temporal-reflexiva, observa-se que a institucionalização da Sociologia como disciplina escolar no Brasil enfrenta desafios históricos, epistemológicos e práticos. O desafio da identidade do educador é central nesse processo, uma vez que a formação em Ciências Sociais no Brasil tem sido voltada, historicamente, para a produção de técnicos e não de educadores. Isso reflete uma lacuna significativa na construção da identidade do educador de Sociologia, que precisa integrar o conhecimento sociológico com as práticas pedagógicas (RESES, 2004). Como bem pautado por Marcelo Cigales (2013): “Dessa forma, há uma carência de disciplinas como: Sociologia da Educação e História do Ensino da Sociologia no Brasil” nos currículos universitários. E isso permite tornar possível enxergar a licenciatura como um apêndice do bacharelado em Ciências Sociais, tendo em vista que a prioridade dos cursos são as formações de pesquisadores e professores acadêmicos, e não de professores da Educação Básica.

Além disso, no campo prático da articulação entre conhecimento acadêmico e social, a Sociologia enfrenta uma resistência quanto à sua legitimidade enquanto ciência, refletindo a dificuldade de conciliar sua natureza científica com as exigências de um currículo voltado para temas práticos e imediatos.

No plano epistemológico, o desafio é traduzir conceitos complexos de autores como Marx, Durkheim, Weber e Bourdieu de maneira acessível para os estudantes do Ensino Médio, de modo que as teorias sociológicas se conectem com suas realidades. A tarefa de tornar a Sociologia relevante para os jovens exige habilidades pedagógicas criativas e flexíveis, capazes de articular o conhecimento teórico com as experiências cotidianas dos alunos.

Frente às problemáticas acima destacadas, percebemos como uma das principais causas para a sistêmica dificuldade de um aprofundamento da formação em licenciatura e do fortalecimento da identidade enquanto educadores na área de Ciências Sociais: a histórica e ainda contínua instabilidade da Sociologia em sua aplicação curricular na educação básica, bem como as estruturas universitárias de formação em Ciências Sociais distanciadas do aprimoramento profissional educacional.

Se, por um lado, as estruturas acadêmicas de ensino em Sociologia enfocam a reprodução técnica-acadêmica da área; por outro, a instabilidade da disciplina na educação básica — que enfraquece a formação identitária do(a) educador(a) —, constituem dois elementos (e um como reforço uma do outro) que contribuem na debilitação do interesse da academia em focar a profissionalização da docência em Ciências Sociais na organização de seus currículos em licenciatura.

Desse quadro, resultado de um ensino teórico-prático recorrentemente marcado de lacunas das licenciaturas em Ciências Sociais, estudantes e docentes encontram em espaços extracurriculares oportunidades de preencher essas brechas educacionais. Nesse cenário, iniciativas como projetos de extensão despontam como alternativas de complementação aos arranjos curriculares de graduação em Sociologia.

PROJETOS DE EXTENSÃO NO INTERIOR DA LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

Ao lançar mão da observação realizada no parágrafo anterior, e para abrir essa nova seção de discussão, vale conceituar a extensão universitária como um elemento que “juntamente com o ensino e a pesquisa, faz parte de um conjunto de ações pertinentes à sua missão institucional” (CARVALHO, 2011, P. 13). Segundo o Plano Nacional de Extensão, publicado em 1999, a extensão universitária é definida como "o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade" (BRASIL, 1999, P. 17). Essa definição

nos mostra que a extensão não se limita a um canal de transmissão de conhecimento acadêmico para a sociedade, mas sim a um processo de troca, no qual a universidade se transforma ao mesmo tempo em que contribui para a transformação social.

Dessa maneira, uma das principais contribuições da extensão universitária está em promover mudanças importantes e fortalecer a relação entre a universidade e a sociedade, pois ela permite que a universidade atue diretamente na resolução de problemas concretos da sociedade. Assim sendo, de acordo com o Plano Nacional de Extensão (BRASIL, 1999, p.11), a universidade deve estabelecer relações com setores sociais de maneira a promover mudanças significativas e atender às necessidades da maioria da população, além de contribuir para o desenvolvimento regional e a implementação de políticas públicas. Nesse sentido, a extensão se apresenta não como uma ação isolada dentro da universidade, mas sim como uma prática essencial para que o conhecimento gerado dentro da academia tenha relevância social e alcance aqueles que mais precisam.

Nessa perspectiva, no campo da Sociologia, os projetos de extensão se tornam ainda mais relevantes diante da instabilidade da disciplina na educação básica e da graduação em licenciatura. Tal tipo de iniciativa oferece uma resposta a desafios como a desvalorização da área, a falta de incentivo à permanência na licenciatura e à cristalização de uma identidade social de educadores de educação básica em Sociologia. É nesse sentido que o projeto de extensão Ciências Sociais nas Escolas (CiSo) oferece uma alternativa concreta para minimizar a instabilidade do ensino de Sociologia, pois atua de maneira eficaz em diversos pontos críticos dessa situação.

CIÊNCIAS SOCIAIS NAS ESCOLAS (CISO): ALTERNATIVA E VALORIZAÇÃO AO FORMAR E FAZER DOCENTE EM SOCIOLOGIA

O Ciências Sociais nas Escolas (CiSo) é um projeto de extensão vinculado ao Instituto de Ciências Sociais e institucionalizado frente ao Decanato de Extensão da Universidade de Brasília. Idealizado em meados de 2017, o projeto surge em um contexto de carência de exercício prático do conhecimento adquirido na universidade.

À época, a reformulação do currículo da habilitação em licenciatura do curso estava ainda em andamento. Portanto, o currículo adotado até então limitava a atuação dos graduandos em sala de aula a poucas horas, ofertando apenas uma disciplina intitulada “Prática de Ensino em Ciências Sociais”, matéria essa que dividia sua carga horária dedicando

60h para obtenção de conhecimentos teóricos e apenas 65h dedicadas à experiência de observação do estudante no ambiente de sala de aula⁵. Frente a isso, o CiSo objetiva incentivar a atuação docente, proporcionando experiência de observação e prática em sala de aula a estudantes de graduação e que tem como principal foco discutir temas das Ciências Sociais no ensino médio de modo a construir um conhecimento coletivo entre secundaristas, professores de educação básica e estudantes da licenciatura em Ciências Sociais da UnB.

Para isso, o projeto visa acompanhar professores de Sociologia em suas aulas regulares e utilizar as aulas de Projeto Interdisciplinar das escolas de ensino médio do Distrito Federal para promover a cidadania e a diversidade, como proposto no Conselho de Educação Distrital em sua parte diversificada. Além disso, o projeto se propõe a discutir constantemente sobre o ensino de Sociologia e seus aspectos metodológicos, organizando e participando de eventos, congressos e seminários, tanto dentro da universidade quanto fora dela, criando um espaço para um debate sobre a melhoria de práticas pedagógicas e as questões que envolvem o ensino da disciplina. Nesse sentido, ao pensar nas alternativas que o projeto nos traz como resposta à instabilidade do ensino de sociologia, faz-se necessário perceber sua contribuição para o fortalecimento da disciplina nas escolas, para a valorização do debate acadêmico e para o incentivo à permanência dos estudantes de graduação nos cursos de licenciatura em sociologia.

Com isso, fica evidente que o projeto de extensão CiSo é fundamental para o fortalecimento da disciplina no ensino básico, pois diante da precarização do ensino de Sociologia, especialmente após a reforma do ensino médio, instituída pela Lei 13.415/2017 e recentemente alterada pelo PL 5230/2023, projetos como o CiSo permitem uma maior valorização da disciplina no ensino básico, buscando não apenas complementar o ensino formal da Sociologia nas escolas, mas também aumenta sua presença ao promover oficinas, debates e atividades práticas, aproximando os estudantes do Ensino Médio das Ciências Sociais e incentivando o pensamento reflexivo, para que assim consigam defender sua

⁵ Ainda que o CiSo tenha surgido no contexto acima destacado, é vital ressaltar que hoje, no curso de Ciências Sociais na UnB, a realidade dominante é outra. Pois, mesmo tardiamente, a partir do ano 2020, o Departamento de Sociologia da UnB implementou o currículo 3166/1, aprovado na portaria do SERES nº 919 (27/12/2018), que determina que os graduandos em licenciatura devam cumprir 135 horas de carga horária (sendo 60 de horas teóricas e 65 de horas práticas) em cada um dos três estágios obrigatórios, totalizando ao final no curso 405 horas de estágios docentes dedicados à reflexão teórica e acompanhamento prático em sala de aula. Não obstante, seguem válidas diversas das carências transpostas no texto, como o quantitativo ainda insuficiente de docentes e disciplinas especializadas ofertadas na área da licenciatura no interior do próprio Departamento de Sociologia (o que é também corriqueiro em outras instituições de ensino superior no Brasil). A própria temporalidade em que ocorreu essa reforma curricular – 2020 – demonstra o “atraso” em relação às outras licenciaturas, onde a carga horária para estágios obrigatórios já apresentava uma carga horária mais robusta desde a primeira metade dos anos 2010.

importância na vida prática dos estudantes e conseqüentemente, sua permanência no currículo escolar.

Além disso, um dos principais aspectos que o CiSo traz à tona é a valorização da discussão acerca da licenciatura em Ciências Sociais ao propor e realizar diversos debates no âmbito acadêmico sobre o ensino de Sociologia, pois como aponta Silva "os intelectuais distanciaram-se pouco a pouco dos debates sobre o ensino das ciências sociais em geral, e, em particular, no campo escolar" (SILVA et al., 2002 apud MORAES, 2003, p. 9). Demonstrando, dessa forma, que o projeto contribui para cobrir uma falta na produção acadêmica voltada para a reflexão sobre as metodologias, desafios e possibilidades do ensino de Sociologia na educação básica. Reforça-se, assim, a necessidade de incentivo desse diálogo dentro da universidade, com o intuito de promover a formação de professores mais preparados na construção de um ensino crítico.

Conseqüentemente, o projeto se apresenta como uma forma de incentivar a escolha pela habilitação da licenciatura em Sociologia, especialmente em um contexto de desvalorização da profissão docente. Dessa maneira, a partir da análise das ideias de Moraes (2003), Souza, Marinho e Gaudencio (2015) observa-se que ao longo do tempo, houve um distanciamento dos cientistas sociais em relação ao ensino de Sociologia no nível básico, o que se reflete na diferenciação entre os cursos de bacharelado e licenciatura, criando uma falsa hierarquia entre as duas formações.

Nessa perspectiva, CiSo, ao oferecer um espaço para que os graduandos estejam presentes na prática pedagógica, não apenas demonstra a importância do papel do professor de Sociologia, mas também ajuda a mostrar a profissão como um caminho relevante dentro da formação em Sociologia, havendo um incentivo a entender a importância do ensino de Ciências Sociais nas escolas. Assim, o CiSo não só atua como uma ferramenta para a valorização da licenciatura, mas também tem um papel de renovação do interesse pela profissão docente.

Afora o aspecto de incentivar a formação inicial de futuros profissionais da Sociologia na educação básica (como pontuado acima), o contato entre universitários e profissionais de educação básica proporcionado pelo projeto permite o incentivo à formação continuada dos educadores na educação básica. Essa atuação conjunta permite não apenas que os universitários aprendam com os professores já atuantes. Mas, que o profissional supervisor do projeto em sala de aula também troque experiências e seja incentivado a aplicar novas técnicas, referenciais teóricos e a levar novas discussões para a sala de aula. Assim, além de

incentivar a habilitação de licenciatura em Ciências Sociais, o CiSo fortalece a formação continuada dos profissionais em atuação nas aulas de Sociologia no ensino médio.

Dessa forma, ao atuar tanto no ensino básico, quanto na universidade, o projeto contribui para a consolidação da Sociologia como disciplina fundamental na educação, demonstrando que o fortalecimento desse diálogo entre universidade e escola possibilita não apenas a valorização da Sociologia no currículo escolar, mas também a qualificação e incentivo dos futuros docentes, garantindo que esses estudantes estejam mais preparados para enfrentar os desafios da sala de aula e se encontrarem em suas práticas pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista de concluir este trabalho, sumarizamos em discussão um breve histórico da implementação da Sociologia enquanto disciplina escolar no Brasil. Dessa síntese, tivemos o intuito de extrair causas e efeitos que esse processo histórico, social e educacional firmou na cultura escolar e, principalmente, no arranjo organizativo dos cursos e currículos de graduação para licenciatura em Sociologia/Ciências Sociais.

Provocadas pelas experiências, enquanto estudantes no interior da Universidade de Brasília e educadoras, partimos da análise crítica da estruturação da formação acadêmica nesse *locus* universitário para refletir sobre as dificuldades formativas encontradas em sua proposta curricular, mas que não se limitam a um arranjo institucional isolado. Antes, são reflexos sistemáticos de como o campo da licenciatura em Sociologia se estabeleceu no país.

Dentre essas dificuldades que marcam esse campo acadêmico-institucional, pomos em relevo, entre outros fatores, o distanciamento entre os currículos, interesses epistemológicos e preocupação com a formação prática existente entre os cursos de bacharelado e licenciatura em Sociologia. Distância essa que resulta (mesmo com as últimas reformas educacionais universitárias) em uma carência de docentes e produção acadêmica voltada para o desenvolvimento de recursos práticos-teóricos em ensino-aprendizagem em Ciências Sociais destinadas à aplicação na educação básica.

Se pontuamos essas problemáticas, procuramos também identificar a histórica instabilidade da Sociologia enquanto disciplina escolar no Brasil como uma das matrizes fundamentais das dificuldades encontradas na organização de seus cursos de licenciatura e como uma das causas que entravaram a formação de uma identidade social e institucional vinculada à formação e prática docente da Sociologia na Educação básica.

Frente a essas adversidades que caracterizam a grande parte das licenciaturas em Sociologia e que tomam corpo também na UnB, ressaltamos como projetos extracurriculares (a exemplo de projetos de iniciação científica e, principalmente, de extensão), tornam-se pontos de apoio vitais para manutenção e ocupam brechas deficitárias dos currículos de graduação em licenciatura da Sociologia. Com isso, demonstramos como um projeto de extensão da UnB, o Ciências Sociais nas Escolas (CiSo), ajuda a promover aquilo que amiúde faz falta no processo de formação inicial de educadores: produção de material acadêmico especializado, suplementação do contato de estudantes com o chão de sala de aula em experiência de observação e prática docente, entre outros.

Posto isso, marcamos como projetos desse tipo podem despontar como alternativas que ofereçam suprir os déficits curriculares e valorizar a formação inicial dos e das educadoras em Sociologia. Entretanto, vale destacar — apesar da importância que esses projetos cumprem —, que o papel suplementar que eles sustentam denuncia o quanto é necessário que os processos e resultados alcançados por essas atividades extracurriculares deveriam estar incorporados desde a raiz aos currículos dos departamentos e faculdades de Sociologia.

Seja por meio do incentivo à produção teórica, metodológica e prática acerca do ensino-aprendizagem em Sociologia; seja por meio do desenvolvimento de técnicas de transposição dos saberes acadêmicos para os saberes escolares; ou mesmo uma organização que permita ao discente e docente universitário adquirir um contato mais aprofundado com a realidade da docência na educação básica (através de estágios e oficinas pedagógicas); vemos como é latente a necessidade do fortalecimento e especialização do campo acadêmico da Sociologia à licenciatura para que ela não dependa dos arremedos que, não sendo institucionalizados permanentemente, reforçam a instabilidade e os abismos diferenciais entre as formações de bacharel e licenciatura.

Ademais, e à guisa de finalização, refletir sobre uma maior valorização e reorganização das licenciaturas na área de Ciências Sociais, é também se pôr a pensar sobre qual o local e a contribuição que a Sociologia pode oferecer, não apenas no campo escolar, mas na formação de um projeto social de Brasil que possa se comprometer com uma formação cidadã e crítica a partir das contribuições que as Ciências Sociais podem fornecer nessa construção coletiva.

REFERÊNCIAS

ABONIZIO, Juliana. Conflitos à mesa: vegetarianos, consumo e identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, p. 115-136, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/RfmQ5qnMVpc5kTRtyvjFYTt/?format=pdf>. Acesso em 29 abr. 2025.

DE PAIVA, Andréa Lúcia da Silva. Os sentidos da Sociologia na Educação Básica: desafios curriculares e as políticas públicas educacionais. **Latitude**, p. 189-208, 2021.

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. A importância da Sociologia escolar: esclarecimentos necessários em tempo de obscurantismo. **A importância do ensino das Ciências Humanas: Sociologia, Filosofia, História e Geografia**. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia. Brasil, p. 19-47, 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 919, de 27 de dezembro de 2018. Aprova atos autorizativos publicados em dezembro de 2018 pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES.

CANDIDO, A. A sociologia no Brasil. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, p. 271–301, jun. 2006.

CAREGNATO, C. E.; CORDEIRO, V. C.. Campo científico-acadêmico e a disciplina de sociologia na escola. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 1, p. 39–57, jan. 2014.

CARVALHO, Sonia Marise Sales. Reflexões sobre a extensão na universidade pública brasileira. **Participação**, [S. l.], n. 16, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/24317>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CIGALES, M. P. Quem forma o professores de sociologia da educação básica? Uma análise sobre a formação e atuação do corpo docente no curso de Ciências Sociais/UFPEL. **Revista Inter-Legere**, [S. l.], v. 1, n. 13, p. 179–201, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4171>. Acesso em: 15 jun. 2025.

COSTA, Leomir Souza. Formação de professores de ciências sociais/sociologia: subsídios para o debate. **Em Tese**, v. 12, n. 2, p. 187-203, 2015.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso. **Revista Brasileira de educação**, v. 10, n. 1, p. 58-78, 1999. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24781999000100005&script=sci_abstract. Acesso em: 29 abr. 2025.

HANDEFAS, A.; MAÇAIRA, J. P. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de Sociologia na educação básica. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 74, p. 43–59, 2012. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/373>. Acesso em: 16 jun. 2025.

KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio A. (Org.). **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação, 1933-1953**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2ª.ed., 2009.

MEUCCI, Simone. **Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011.

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo social**, v. 15, p. 5-20, 2003.

Plano Nacional de Extensão Universitária (1999). Documento do Fórum Nacional de Pró-reitores das Universidades Públicas Brasileiras.

SANTOS, Boaventura de Sousa; TANSCHHEIT, Talita. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTOS, Edilaine. **A inclusão da Sociologia no currículo do ensino médio: uma luta dos professores do Distrito Federal**. 2004. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2004)

SILVA, Ileizi et al. (2002), “O ensino de ciências sociais: mapeamento do debate em periódicos das ciências sociais e da educação de 1940-2001”. Anais do XII Congresso Nacional de Sociólogos. Curitiba, 1 a 4 de abril. Resumo (texto integral mimeo.).

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: **Coleção Explorando o Ensino**. Volume. 15 Coordenação Amaury César Moraes Brasília: Ministério da Educação: Brasília, 2010.

SILVA, I. L. F.; BRANCO, C.; PERA, C. B. F. O ensino das Ciências Sociais: mapeamento do debate em periódicos das Ciências Sociais e da Educação de 1940 a 2001. In: CARVALHO, C. A. de. (Org.). **A Sociologia no Ensino Médio: uma experiência**. Londrina: EDUEL, 2010. p. 64-83, 2010.

SOUZA, Jordânia de Araújo; MARINHO, Noélia Nunes; GAUDENCIO, Júlio Cezar. O ensino de Sociologia na Educação Básica: desafios e dilemas. **Política & Sociedade**, v. 14, n. 31, 2015. p. 63-85. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2015v14n31p63>. Acesso em: 15 jun. 2025.

RÊSES, Erlando da Silva. Representações sociais dos alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal sobre a Sociologia no ensino médio. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 177–194, 2007. DOI: 10.5433/2176-6665.2007v12n1p177. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3401>. Acesso em: 15 jun. 2025.

OLIVEIRA, Amurabi. Os desafios teórico-metodológicos do Ensino de Sociologia no Ensino Médio. **Perspectiva**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 1019–1044, 2014. DOI: 10.5007/2175-795X.2014v32n3p1019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2014v32n3p1019>. Acesso em: 15 jun. 2025.